

# A nação contraditória

MARIO AMATO

Os que se dedicam a analisar a postura nacional quase sempre estranham a mania de atuar de forma divergente, como se nos faltasse o concurso da coerência e o senso lógico de defesa dos nossos próprios interesses.

O tema é oportuno, agora quando prossegue, em Brasília, a faina de tentar conciliar as idéias que se chocam na Assembléia Nacional Constituinte. Temos o hábito de sair na crítica fácil ao Congresso e ao Executivo, esquecendo-nos da verdade preliminar de que ambos apenas refletem o caráter nacional, constituindo, nada mais, nada menos, do que a superestrutura de uma sociedade que, por deformação original, faz da contradição, e muitas vezes da insensatez, sua pedra-de-toque.

Somos obrigados a estudar nossa formação nacional para descobrir porque o brasileiro — homem comum, político e dirigente —, tão frequentemente se posiciona contra seus próprios interesses e os da nação, como se fora destituído de inteligência e racionalidade e não passasse de um pobre feixe de emoções e reações desencontradas.

Nossa cultura é mesmo singular. Atrapalhamo-nos na tentativa de conciliar pensamento e ação, a começar do universo ideológico, atravessando os assuntos econômicos e sociais, e chegando aos aspectos mais íntimos de nossa individualidade.

O brasileiro é aquele individualista, cioso de sua autonomia e singularidade, defensor aguerrido de sua propriedade, nos negócios privados e fundamentais, mas também é o mesmo que, nas reuniões, comícios e posturas públicas, prega "a necessidade do socialismo". Jamais renegando sua religião organizada, e nela emergindo a família, procura, na hora do aperto, práticas místicas e fetichistas e realiza negócios à base de horóscopos... feitos em computador.

Advoga, na área dos costumes, uma moral rígida para sua família de sangue, e defende uma total liberação para as demais famílias. Exalta, no esporte, qualquer participação brasileira e denigre o adversário, quando este perde, "como é justo e natural", para aquele que é "o melhor futebol do mundo". Quando chega a nossa vez de perder, espantamos o mundo com a nossa autoflagelação e sadomasoquismo, ao chorarmos "nossa inferioridade técnica, fruto de uma pobre raça", que nada pode fazer "diante da inegável superioridade do estrangeiro", a quem "devemos pedir desculpas" por sermos "homenzinhos de um país inexpressivo".

E assim a coisa vai... Seria fácil apontar outras contradições tão características do modo de ser brasileiro, mas nesta análise de empresário, é necessário que nos detenhamos mais a fundo na vida econômica, onde se enfrentam as duas vertentes opostas do pensamento nacional. Alguns otimistas acreditam que realizamos a síntese das contradições, mas o que acontece na economia prova que estamos longe dessa harmonização.

Como tentar conciliar, por exemplo, o "sonho declarado" do brasileiro, que é estabelecer-se por conta própria, com seu velho curso de considerar a livre empresa como "demônio da vida econômica", sempre procurando torná-la o "bode expiatório" de um Estado avassalador e onipresente?

Alguém já disse que se deve deplorar o comunista, porque acredita em algo que não acredita nele, e o brasileiro, quando vota, pensa assim, tanto que dificilmente ele elege um parlamentar declaradamente marxista. No entanto, se é chamado



a declarar sua preferência ideológica e política, o indivíduo nacional ou se desculpa, ou alega "outro compromisso" ou defende justamente a esquerda que, no fundo, ele rejeita!

Dissimulação, covardia, ou simplesmente timidez ou receio, de "não ficar bem"? Dir-se-ia que sob a luz dos refletores, e temendo passar por "retrogrado" e "conservador", esse cidadão, visto inclusive como entidade coletiva, age justamente ao contrário do que ele pensa e pratica, quando o voto é secreto e não há perigo de "ficar mal" com a opinião pública...

Só é possível testar esse "adepto" do coletivismo quando alguém investe contra sua propriedade, ou expectativa de propriedade. Aí, vira bicho, prega reação armada, não reparte bolo algum e alega que o socialismo continua a ser bom... para os outros.

Ora, se psicológica e emocionalmente, esse brasileiro é um feixe de contradições, na maioria dos aspectos da existência, como esperar que na vida política seja um modelo de equilíbrio e coerência? Muitos empresários, inclusive, que criticam o avanço da estatização no Brasil, são os primeiros a pedir "ajuda do governo" quando seus negócios individuais correm mal... Claro que a maioria não age assim, mas alguns deles, fiéis ao modo de ser nacional, preconizam ou aplaudem a estatização, quando são ameaçados pela maior disposição ou melhor produtividade da concorrência.

A prática de governo, geralmente postada contra a economia de mercado, deve tal obsessão a dois tipos de influência, sobre os quais nossa atenção irá concentrar-se, para almejar alguma conclusão. O primeiro tipo é constituído por aqueles "coletivistas" ideológicos, não atrapalhados pela contradição, que lutam obstinadamente para diluir-se na utopia marxista e fazê-la vitoriosa inclusive como projeto pessoal.

Presente em todos os segmentos da vida brasileira, esse tipo, reduzido em número mas altamente eficiente, influencia o aparelho burocratizante e político nos artigos que escreve, nas leis que debate, nas cátedras onde ensina e nos mandatos que exerce. E porque é determinado e tenaz, jamais perdendo de vista seus objetivos mesmo quando aparenta ceder posição, tendo a sobressair diante da

massa confusa e incoerente que procura competir com ele.

Deve-se a tal influência a maior parte das leis, portarias e disposições que sufocam a livre empresa e reduzem gradativamente seu espaço na economia e nas manchetes.

De outro lado, a inchação do Estado é muito conveniente a uma parte da casta burocrática, que não quis, não teve oportunidade ou temeu disputar o mercado de talentos. Estar fora da competição, e até evitar que ela exista, é motivação natural desse segundo tipo influenciador do Estado. Embora haja adeptos da ideologia dentro da categoria, o que nela predomina é a autodefesa, a obsessão de preservar seu espaço dentro de uma magno-estrutura de onde ninguém sai por incompetência ou excesso de aptidão, e que oferece a tal aparato o calor de um monumental útero materno.

Esse tipo de personagem abre caminho e facilita as "dicas" mediante as quais é possível ampliar o intervencionismo pelo qual lutam os ideólogos do coletivismo.

Já neste ponto devemos chegar à síntese e oferecer conclusões sobre a mania nacional do contraditório, que afeta a vida econômica porque, antes de tudo, é um traço sociológico brasileiro.

Basicamente, o que parece haver, entre nós, não é o conflito entre esquerda e direita, como em todo o mundo, mas entre o liberalismo, que contém o desafio das oportunidades, e a adoração pelo autoritarismo, que abriga não só ideais, mas principalmente sentimentos de insuficiência, impotência e contradições individuais.

Sempre foi buscada a acomodação entre duas tendências, mas, no tocante às leis que nos governam, a segunda corrente é a persona, o caráter por baixo ou a máscara por cima, que adotamos porque é mais cômodo, mais conveniente e aparentemente mais simpático.

O brasileiro, assim, com sua relação de amor-ódio para com a empresa privada, reflete não só a contradição nacional, mas, sobretudo, a deformação do tempo colonial, até hoje não superada.

Ao tomar posse da Terra de Santa Cruz, Portugal — ele próprio uma tentativa de compromisso entre o medieval e o burguês — assumiu o papel de metrópole para a colônia

"onde tudo dava", menos o direito ao pensamento independente e a uma vida autônoma diante do esquema religioso da época e do aparato do rei. Todas as decisões políticas, econômicas, sociais e até individuais, sempre foram tomadas pelo Estado lusitano, cujos representantes viam a colônia apenas como cenário para a exploração das riquezas que iam encher as burras da metrópole.

Deste modo, o chamado "pacto colonial" penetrou fundo na consciência dos colonizados e deixou-os vulneráveis, mesmo quando independentes. A filosofia portuguesa assemejava as funções do Estado (o rei) e de Deus, ambos "chamados" a "proteger" os homens "pecadores", "fracos" e "cobiçosos". Vem daí essa fantasia brasileira, ainda hoje tão presente, que sempre pune o cidadão com a noção do pecado do "lucro", do cultivo do "interesse próprio", tido como "impuro" e "egoísta".

Assim, o cidadão alimenta o "sonho" da empresa própria da mesma forma que cobiça a mulher do próximo, sempre esperando que ninguém descubra, e sempre negando tal vontade, quando o Estado (o marido) pergunta o que ele quer... Deste modo, o Estado, para todos nós, é aquela autoridade que "evita" sermos homens, com direitos aos próprios sonhos e às próprias crenças. É o Estado que temos de defender em público, embora seja autocrata, paternalista, inibidor e desigual.

Essa explicação parece-nos oferecer a chave da contradição do caráter nacional e nos fornece a razão pela qual alguns políticos, no alvorecer do século 21, posicionam-se na Assembléia Constituinte e no governo, na contramão da história, defendendo de público teses que eles sabem não corresponder aos verdadeiros interesses da Nação.

Não é por outra razão que a livre empresa brasileira enfrenta tantas dificuldades de sobrevivência, sempre cercada por leis impositivas e castradoras, formuladas por gente que diz defendê-la e que age sempre no sentido contrário. A ausência de transparência, de regras coerentes para a ação, a falta de confiabilidade e de visualização do futuro — típicas do governo para com o setor privado —, juntam-se à permanente incompreensão da classe política, igualmente contraditória no relacionamento com as empresas e empresários, sempre tendendo a vê-los, no máximo, como fontes inesgotáveis de recursos para cobrir plataformas liberais que se transformam em discursos autoritários todas as vezes em que assumem o poder.

O paradoxo brasileiro, da ânsia por governos fortes que sublimem o complexo do povo e de instituições que se sentem fracas, jamais poderá ser equacionado e resolvido, enquanto não fizermos uma grande reflexão nacional, superando nossos problemas de formação, e atingindo, finalmente, a verdadeira abertura tupiniquim para as oportunidades dos indivíduos e da nação, ambos com direito a uma posição respeitável na sociedade desenvolvida, sem os traumas e freios do complexo de inferioridade colonial.

Se isso for atingido, e talvez possa ser, desde que alimentemos a mesma esperança matemática que manda crer no encontro das paralelas no infinito, teremos, finalmente, uma nação, instituições, governo, livre empresa — povo —, capazes de realizar na prática, e sem remorsos psicológicos e ideológicos, o que até agora só alimentamos em fantasias e sonhos.

MARIO AMATO, 68, empresário, é o presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).